30 Anos

Sindifisco | MS

Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Mato Grosso do Sul

www.sindifisco-ms.org.br

Presidente do Sindifisco-MS participa do seminário Pensar Brasil

O presidente do Sindifisco-MS, Cloves Silva, participou esta semana no seminário Pensar Brasil – Diálogo sobre trabalho, desenvolvimento e futuro. Durante o encontro forma discutidas as relações de trabalho, crescimento econômico e o desenvolvimento do país. O evento foi realizado nos dias 12 e 13 de maio, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

Conforme Cloves, o debate teve como objetivo estimular a pensar se as relações atuais são adequadas às necessidades da sociedade e da economia, adaptadas às demandas criadas por novas tecnologias, pela mudança do perfil da população e pela necessidade de mobilidade e flexibilidade.

O Congresso contou com a presença dos pré-candidatos à Presidência da República para debater temas importantes para os cidadãos brasileiros.

CCJ quer votar texto da reforma tributária na próxima semana

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal espera votar, na próxima semana, a PEC 110/2019, que trata da reforma tributária. O texto foi lido pelo relator Roberto Rocha (PTB-MA) em fevereiro e teve a apreciação adiada em razão de pedido de vistas, e da falta de apoio em torno da aprovação da matéria.

Havia uma expectativa que a PEC fosse votada nesta semana. Porém, só ocorrerá na presença do presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União-AP), que está internado após ser submetido a uma cirurgia para tratar um abscesso intestinal. Desta forma, portanto, a expectativa é que a votação ocorra no próximo dia 18.

Bolsonaro é o 1º desde o real a deixar salário-mínimo menor

Jair Bolsonaro vai terminar seu mandato em dezembro de 2022 como o primeiro presidente, desde o Plano Real, a deixar o salário mínimo valendo menos do que quando entrou. Nenhum governante neste período, entregou um mínimo que tivesse perdido poder de compra. Pelos cálculos da Tullett Prebon Brasil, a perda será de 1,7%. Isso, se a inflação não acelerar mais do que o previsto pelo mercado no Boletim Focus, do Banco Central, base das projeções da corretora. As previsões vêm sendo revisadas para cima há 16 semanas. O piso salarial cairá de R$ 1.213,84 para R$ 1.193,37 entre dezembro de 2018 e dezembro de 2022, descontada a inflação.

O salário mínimo está na Constituição brasileira, que o protege de perdas do poder de compra, sendo obrigatória a recomposição da inflação.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

OCDE: Brasil tem 3ª maior inflação entre as grandes economias

A alta da inflação é uma preocupação global, mas a taxa registrada no Brasil permanece bem acima da média observada nas maiores economias do mundo. Relatório divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que a inflação acumulada em 12 meses no Brasil é a maior do G20 – grupo dos países mais ricos –, atrás só da Turquia e da Argentina.

Por aqui, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 11,3% no acumulado em 12 meses até março. Já são 7 meses seguidos com a inflação anual acima dois dígitos.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Famílias em extrema pobreza saltam para 1,8 milhão em 2022

O Brasil registrou 1,8 milhões de famílias a mais em situação de extrema pobreza nos dois primeiros meses de 2022, um aumento de 11,8% em relação ao final de 2021. Ao todo, o país soma 17,5 milhões de famílias vivendo com renda per capita mensal de até R$ 105, segundo dados do Cadastro Único.

Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações para identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda, como o Auxílio Brasil e o extinto Auxílio Emergencial.

Em 2021, eram 15,7 milhões de famílias na faixa de extrema pobreza, e, em março de 2020, início da pandemia, eram 13,5 milhões. De lá para cá, a alta foi de 22,8%.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Bolsonaro fará mudanças de cargos para baixar combustíveis

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou na quinta-feira (12) que deve promover mudanças em cargos de indicação do governo na intenção de combater a alta nos preços dos combustíveis, após já ter trocado os comandos do Ministério de Minas e Energia e da Petrobras.

Ao defender que a Petrobras cumpra seu papel social, mas ao mesmo tempo deixando claro que não pode interferir na empresa, Bolsonaro disse não desejar que a estatal tenha prejuízo. O presidente também afirmou que o então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, deixou a pasta a pedido diante da tensão envolvendo os preços dos combustíveis.

Pacheco lidera diálogo para solução da crise dos combustíveis

o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), recebeu o colegiado do Comsefaz para dialogar sobre temas de interesses federativos como o PDL 333/2020 que susta a portaria da STN e inclui os gastos de OSs no cômputo de gastos do pessoal e a regulamentação da Lei Complementar nº 192/2022, que disciplina o ICMS sobre combustível.

Na prática, ocorre uma redução progressiva do ICMS. A cada elevação de preço, o valor arrecadado pelos Estados passa a representar uma proporção cada vez menor do total das operações. Até o momento, os Estados já renunciaram R$ 15,9 bilhões com o congelamento do PMPF entre novembro/2021 a abril/2022 e, caso a medida se estenda até dezembro deste ano, a redução dos orçamentos estaduais será de R$ 37, 1 bilhões.

Estados renunciam a três meses de arrecadação de combustíveis

A arrecadação de ICMS sobre combustíveis para os primeiros três meses de 2022 é de 32,2 bilhões de reais. Com o congelamento do PMPF a partir de novembro de 2021 e que, por enquanto se estenderá até 30 de junho, os Estados já renunciaram 18,9 bilhões de arrecadação. Até dezembro de 2022, a redução de recursos dos Estados é de cerca de 33,2 bilhões. A renúncia corresponde a toda tributação de ICMS combustíveis do primeiro trimestre de 2022.

Os esforços dos orçamentos estaduais, conforme sempre foi explicado pelos Estados, não têm eficácia contra a escalada de preços no sistema da Política de Paridade Internacional (PPI) e ainda sacrifica o financiamento de serviços públicos utilizados, principalmente, pela população mais pobre.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Sefaz-MS participa de evento nacional sobre transformação digital

A importância da transformação digital na gestão fazendária foi tema de um encontro nacional entre integrantes das Secretárias Estaduais de Fazenda. A troca de experiências entre os fiscos, tem como objetivo promover ações integradas que racionalizem custos, eliminem entraves burocráticos, facilitem o cumprimento das obrigações tributárias e aprimorem o controle e a fiscalização por parte dos órgãos governamentais.

O Coordenador Adjunto do Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário (GDFAZ), auditor fiscal da Sefaz-MS, Esaú Aguiar, avalia que a construção desse evento foi muito importante para demonstrar a importância do trabalho em rede, do alinhamento entre os grupos temáticos e da necessidade de construir uma mentalidade estratégica em transformação digital.

O evento foi promovido por meio de uma parceria entre o GDFAZ; Encat; Cogef; Gefin; e o Comsefaz. O conteúdo pode ser acessado pelo Youtube, clicando aqui. (https://youtu.be/iuF6cXhemhQ)

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Parada programada do Ambiente Nacional da NF-e neste final de semana

O Ambiente Nacional da NF-e será paralisado para manutenção no dia 13/05/2022 às 22h (sexta-feira) até dia 16/05/2022 às 0:00h (segunda-feira). Com isso, diversos serviços ficarão indisponíveis, tais como:

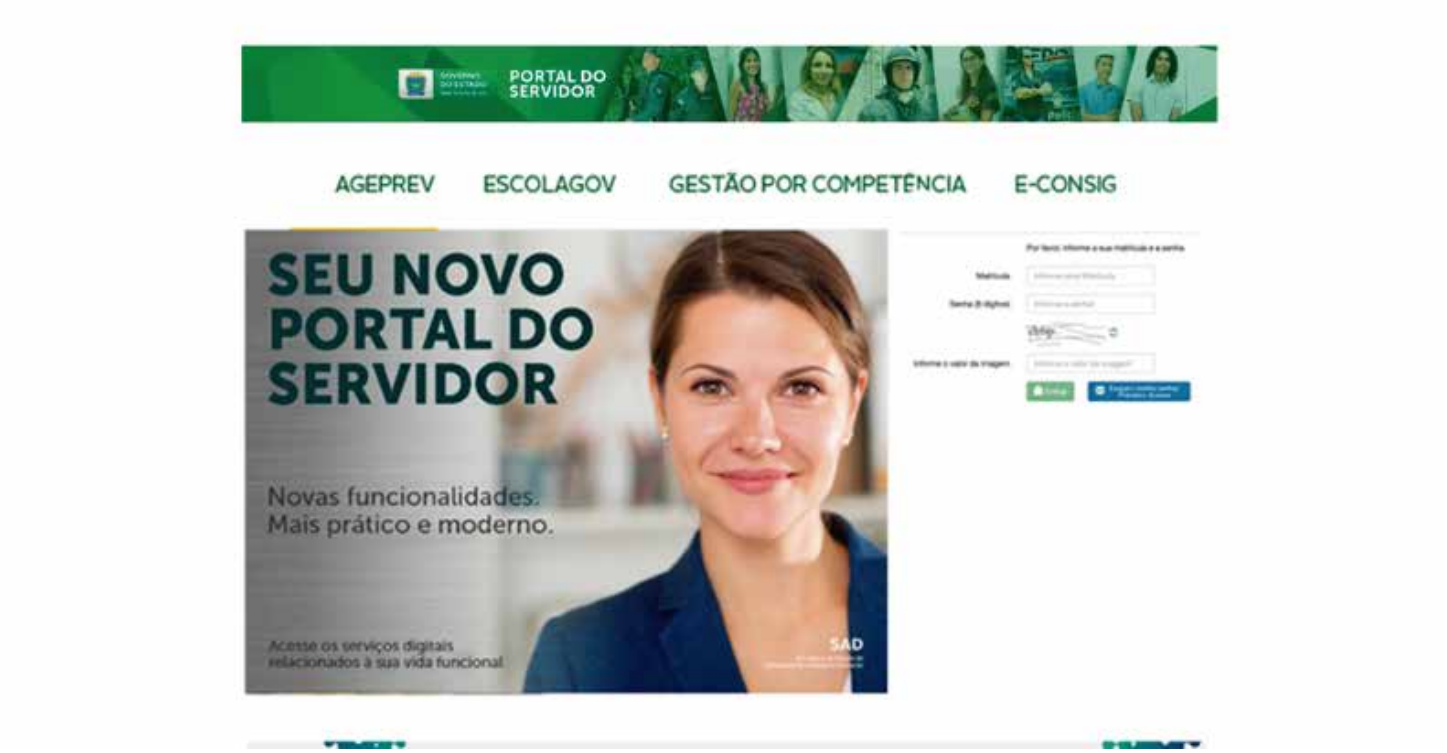
a) os do Portal Nacional da NF-e;

b) o recebimento no Ambiente Nacional de NF-e autorizadas pelas Secretarias de Fazenda Estaduais (SEFAZ) e consequente distribuição para a SEFAZ de destino, nos casos de operações interestaduais;

c) a geração de eventos quando realizados no Ambiente Nacional da NF-e, como manifestação do destinatário, replicação do evento de cancelamento da NF-e no CT-e , entre outros;

d) distribuição de documentos fiscais para contribuintes nos termos da NT 2014.002.

Solicitação de férias deve ser cadastrada no Portal do Servidor



Desde abril está disponível aos servidores do Poder Executivo Estadual o agendamento das férias pelo Portal do Servidor. A solicitação deverá ser feita até 90 dias antes da data pretendida para o início das férias, após o prazo, o sistema não realizará o agendamento. Os servidores que encaminharam seu pedido via Gestão de Pessoas para os períodos até julho terão suas férias lançadas pelo setor, a partir de agosto todos os agendamentos deverão ser feitos pelo portal.

Conforme o decreto nº 15.913/2022, que dispõe sobre a concessão de férias, os servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul poderão parcelar suas férias em até três períodos. Quem não usufruir integralmente por 30 dias consecutivos, pode parcelar em até 3 etapas de no mínimo de 10 dias, ou por dois períodos, podendo ser dois de 15 dias ou um de 10 e outro de 20 dias.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Desejamos a todos um excelente final de semana.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

@sindifiscoms

Sindifisco -MS

30 Anos

Sindifisco | MS

Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Mato Grosso do Sul

www.sindifisco-ms.org.br